





A BATALHA  
NO PORTO

Propaganda a favor de 'A Batalha'. Uma carta de Madrid publicada no 'Primeiro de Janeiro - Liga das Artes Gráficas'

PORTO, 27.—C.—Como já prevêramos das minhas últimas cartas, realizou-se nova reunião dos operários que se constituíram num grupo de propaganda a favor de 'A Batalha'. Tencionam promover rifas, veladas sociais, quêtées, etc., cujo produto, salvas as despesas resultantes com a propaganda do jornal, será empregado na compra de ações, as quais, uma vez dissolvidas, o grupo que quiser círcunstâncias, passarão para a posse da U. O. N. (2.ª secção). Nessa reunião ficou resolvido distribuir, no cortejo '31 de Janeiro', uns panfletosinhos recomendando a leitura e o auxílio da 'Batalha', além de panfletos e cartazes, que serão ostentados por membros do grupo, a testa do coro.

—A Carta de Madrid publicada, em fundo, pelo 'Primeiro de Janeiro' de sábado, tem sido o assunto de quase todas as conversas, por se referir, como se sabe, à última greve barceloneza, adiantei bolsevista... Mercê talvez dêste acontecimento, ao que se diz, a polícia procura activamente descobrir o paradeiro de dois russos, acusados de haverem feito, numa barbearia sita lá para os lados do largo da S. Domingos, propaganda soviética. Os russos, segundo os informes vindos da mesma fonte de origem, parecem ser uns trabalhadores de bordo de um vapor surto no Rio Douro.

Por enquanto continua tudo envolto no mesmo mistério. O diabo dos bolchevistas...

—Na última reunião da Liga das Artes Gráficas foram aprovadas as contas relativas à gerência do ano de 1918. Foi dado, pela assembleia, o consentimento da respectiva direcção tratar da aquisição de 5 ações de 'A Batalha', ou outro qualquer documento subsidiário. Procedeu-se depois à nomeação dos delegados para o Conselho Interfederal da Federação do Livro e do Jornal, da União Operária Nacional e União dos Sindicatos Operários, caindo as nomeações respectivamente em: Silva Pereira, António Teixeira e Moreira Gomes e Júlio Flores. Também foi deliberado assinar 'A Batalha' por trimestre.

Reunião da Comissão Administrativa da 2.ª Secção da U. O. N.

Reuniu a Comissão Administrativa da U. O. N. Recebeu os seguintes ofícios: dos surradores de Guimarães, participando ter recebido a circular da U. O. N. e dando novamente a sua adesão, visto ter sido impensada a resolução que os levou a desligar em 1916; dos marceneiros de Guimarães, acusando a recepção da circular de 7 do corrente e participando a sua unificação, conquantos, atendendo ao precário estado financeiro da sua colectividade, não possam por enquanto, concorrer com a respectiva cota; dos pedreiros e canteiros de Viana do Castelo, dando conta da circular enviada e aderindo à Central dos Sindicatos, entrando com a cota de adesão e pedindo para que se faça a escolha de dois camaradas conscientes a fim de os apresentarem; da União dos Empregados do Comércio do Porto, acreditando os seus delegados; da U. S. O. de Viana, chamando a atenção da 2.ª secção para o estado da organização operária daquela cidade—sendo resolvido oficialmente, aconselhando-a a que proponha uma reunião das direcções dos sindicatos, seguida de uma sessão pública, à qual assistirá Norberto de Carvalho, como representante da U. O. N., a ver se assim a actividade operária ganha novo alento; da Liga das Artes Gráficas de Famalicão, informando encontrase preso, desde Julho, o seu secretário, sob a acusação de haver tomado parte nos assaltos aos apambareadores, quando é certo que a maior parte dos gêneros foram levados, pelos criados, para casa dos próprios burgueses, pedindo, portanto, a solidariedade da U. O. N. no sentido de ver se se consegue a soltura daquela vítima—sendo resolvido oficialmente ao Conselho Jurídico para tratar desta questão, assim como foi também resolvido oficializar-se à Liga, convindando-a a unificar-se com que as reclamações operárias tenham mais força e homogeneidade. Depois do expediente, tratou-se de assuntos de carácter meramente administrativo.

Pão e mortadelas—Apreensão de armamento

A exploração das mortadelas está a chegar ao cíngulo. Assim, hoje, tiveram o arrado de pedir um tostão por cada pão e um cruzado por cada mólhinho de trinchadas. Resultado lógico: indignar o público feminino que as assaltou principalmente à entrada do taboleiro superior da ponte, forçando-as a vender por um preço compatível com a boa razão financeira. Houve algum borborinho junto à 1.ª esquadra, mas o incidente, voltando tudo à chamada paz. Parece-me, porém, que as mortadelas e hortaliças, não gadham juro sem uma ação de maior...

Para onde foram tantas promessas rissonhas feitas no tempo da propaganda, entre as quais avultava a de numa ração, acabar com a enorme densidade de analfabetismo? Desculpe, sr. redactor, éste incômodo, de quem se assina, d. v. etc.—José Joaquim Afonso.

## As reclamações do pessoal do Arsenal da Marinha

Camarada redactor.—Como foi noticiado na 'Batalha', realizou-se no último domingo no Coliseu de Lisboa, uma assembleia magna do operariado dos Arsenais do Exército e Marinha. Nessa reunião, entre várias resoluções tomadas, de interesse geral para o mesmo operariado, uma há que deve merecer a atenção daquelas que dedicadamente defendem a causa operária. Referimo-nos à resolução referente aos salários mínimos a reivindicar naquele estabelecimento de Estado e que são:

Para operários e seus equiparados, 250; para ajudantes e seus equiparados, 220; para artesãos e seus derivados, 150, o que representa nem mais nem menos que um aumento de 300, para os primeiros.

Para alguns operários de 2.ª categoria esse aumento é de 30 centavos, havendo outros que passam a auferir apenas mais 10.

—Gostaríamos nós de saber a que critério obedeceu tão inexplicável, como incompreensível resolução, que vem criar uma desigualdade que até hoje não existia, pois o salário mínimo actual dum operário, com a respectiva subvenção, é de 150 e o de um ajudante, de 130, atingindo o máximo para o operário de 250 enquanto que o de ajudante não passa de 150, sendo em reduzido número os que o auferem.

—Pois é agora, neste momento em que o operariado de todo o orbe se esforça para obter um regime igualitário, que os camaradas que se encontram à frente das Comissões de Melhoramentos dos Arsenais do Exército e Marinha e que se dizem defensores e cooperadores da grande obra de emancipação operária veem, nos seus pedidos de melhoria de

ram dispostas às embocaduras das ruas vedetas de infantaria de linha, e da guarda. Era-se revistado ou apalpado em plena rua. Deram-se escenas picarecos para alguns e indignantes para outros: muitas pessoas que iam calçadas com chutes à militar eram obrigadas a largá-los, ficando descalças no meio da rua, quando não eram impelidas a tirar as calças se fossem como as militares. Não valia protestos nem razões de espécie alguma; comprado ou não os objectos de vestuário lá eram apreendidos e lá marchavam os despojados, sem casacos, sem calças e sem botas. A imprensa burguesa não se referiu a isto... e fez bem. Foram apreendidas muitas espingardas e pistolas... não tantas como esperavam.

## Jornal do público

## A República e a instrução primária

Escrive-nos o sr. Manuel da Silva, professor, acerca das reclamações ultimamente formuladas pelo professorado.

—... dizendo-nos que o Estado repara de há muito que deveria ter atendido à situação do ensino, promulgando uma reforma que lhe permitisse desempenhar cabalmente a sua importante missão.

Sobre o mesmo assunto recebemos a seguinte carta:

—Sr. redactor:—Agitando-se actualmente o problema económico dos professores das Escolas Primárias, aproveito o ensejo para chamar a atenção de V para o estado profundamente desolador que oferece determinada Escola Primária de Lisboa, não sómente sob o ponto de vista disciplinar como pedagógico.

Tenho nessa escola dois filhos, que nada teem aproveitado com a sua frequência. Forçado há dias a avisar-me com o regente, devido a um dos meus filhos ter sido agredido por outro aluno, ouvi da bêga desse funcionário algumas verdades que é bom serem conhecidas não só do país, como também dos que se interessam pelas coisas da instrução pública.

Disse-me que em Portugal o professor primário não dispunha dos meios de ação necessários para o bom cumprimento das suas funções no contrário do que sucede noutros países, citando-me como exemplo a Suíça. A ação disciplinar não pode ser exercida com o desvelo e atenção desejadas, porque os professores estão colocados numa manifesta e deprimente inferioridade económica para com os serventes das escolas, que, melhor remunerados, se conduzem no cumprimento dos seus deveres de uma forma fraca, relaxada e até muitas vezes de manifesta hostilidade.

Para remediar este mal entende ser necessário que a admissão ou demissão do pessoal servente das escolas seja da atribuição dos professores. Como v. v. são opiniões altamente sensatas.

Todavia, nessa escola a instrução é deficiente. Calcule que os alunos da 4.ª classe ainda estão com a mesma instrução que receberam na 3.ª classe, não se sabendo o certo se devido ao professor que se ausenta, se aos livros que ainda não foram aprovados ou aos professores resolvem tacitamente fazer «boycottages» ao ensino primário enquanto a sua situação não for melhorada.

Um dos meus filhos que está na 2.ª classe, também não tem feito quaisquer progressos, pois que o professor acumula as suas funções com as de regente, tendo por isso de dividir a sua atenção com prejuízo, é claro, dos alunos. A vista deste quadro accede a perguntar: quando é que a instrução primária receberá a atenção dos poderes públicos? A muita gente tenho ouvido dizer que é ser votada ao ostracismo a instrução primária e que voltariam aos tempos em que os leitores e letrados se contavam pelos dedos, sendo privilégio só de ricos e gentis homens. Não convirá agora, como então, abrir os olhos ao cidadão?

Para onde foram tantas promessas rissonhas feitas no tempo da propaganda, entre as quais avultava a de numa ração, acabar com a enorme densidade de analfabetismo? Desculpe, sr. redactor, éste incômodo, de quem se assina, d. v. etc.—José Joaquim Afonso.

As reclamações do pessoal do Arsenal da Marinha

Camarada redactor.—Como foi noticiado na 'Batalha', realizou-se no último domingo no Coliseu de Lisboa, uma assembleia magna do operariado dos Arsenais do Exército e Marinha. Nessa reunião, entre várias resoluções tomadas, de interesse geral para o mesmo operariado, uma há que deve merecer a atenção daquelas que dedicadamente defendem a causa operária. Referimo-nos à resolução referente aos salários mínimos a reivindicar naquele estabelecimento de Estado e que são:

Para operários e seus equiparados, 250; para ajudantes e seus equiparados, 220; para artesãos e seus derivados, 150, o que representa nem mais nem menos que um aumento de 300, para os primeiros.

Para alguns operários de 2.ª categoria esse aumento é de 30 centavos, havendo outros que passam a auferir apenas mais 10.

—Gostaríamos nós de saber a que critério obedeceu tão inexplicável, como incompreensível resolução, que vem criar uma desigualdade que até hoje não existia, pois o salário mínimo actual dum operário, com a respectiva subvenção, é de 150 e o de um ajudante, de 130, atingindo o máximo para o operário de 250 enquanto que o de ajudante não passa de 150, sendo em reduzido número os que o auferem.

—Pois é agora, neste momento em que o operariado de todo o orbe se esforça para obter um regime igualitário, que os camaradas que se encontram à frente das Comissões de Melhoramentos dos Arsenais do Exército e Marinha e que se dizem defensores e cooperadores da grande obra de emancipação operária

veem, nos seus pedidos de melhoria de

ram dispostas às embocaduras das ruas vedetas de infantaria de linha, e da guarda. Era-se revistado ou apalpado em plena rua. Deram-se escenas picarecos para alguns e indignantes para outros: muitas pessoas que iam calçadas com chutes à militar eram obrigadas a largá-los, ficando descalças no meio da rua, quando não eram impelidas a tirar as calças se fossem como as militares. Não valia protestos nem razões de espécie alguma; comprado ou não os objectos de vestuário lá eram apreendidos e lá marchavam os despojados, sem casacos, sem calças e sem botas. A imprensa burguesa não se referiu a isto... e fez bem. Foram apreendidas muitas espingardas e pistolas... não tantas como esperavam.

## Jornal do público

## A República e a instrução primária

Escrive-nos o sr. Manuel da Silva, professor, acerca das reclamações ultimamente formuladas pelo professorado.

—... dizendo-nos que o Estado repara de há muito que deveria ter atendido à situação do ensino, promulgando uma reforma que lhe permitisse desempenhar cabalmente a sua importante missão.

Sobre o mesmo assunto recebemos a seguinte carta:

—Sr. redactor:—Agitando-se actualmente o problema económico dos professores das Escolas Primárias, aproveito o ensejo para chamar a atenção de V para o estado profundamente desolador que oferece determinada Escola Primária de Lisboa, não sómente sob o ponto de vista disciplinar como pedagógico.

Tenho nessa escola dois filhos, que nada teem aproveitado com a sua frequência. Forçado há dias a avisar-me com o regente, devido a um dos meus filhos ter sido agredido por outro aluno, ouvi da bêga desse funcionário algumas verdades que é bom serem conhecidas não só do país, como também dos que se interessam pelas coisas da instrução pública.

Disse-me que em Portugal o professor primário não dispunha dos meios de ação necessários para o bom cumprimento das suas funções no contrário do que sucede noutros países, citando-me como exemplo a Suíça. A ação disciplinar não pode ser exercida com o desvelo e atenção desejadas, porque os professores estão colocados numa manifesta e deprimente inferioridade económica para com os serventes das escolas, que, melhor remunerados, se conduzem no cumprimento dos seus deveres de uma forma fraca, relaxada e até muitas vezes de manifesta hostilidade.

Para remediar este mal entende ser necessário que a admissão ou demissão do pessoal servente das escolas seja da atribuição dos professores. Como v. v. são opiniões altamente sensatas.

Todavia, nessa escola a instrução é deficiente. Calcule que os alunos da 4.ª classe ainda estão com a mesma instrução que receberam na 3.ª classe, não se sabendo o certo se devido ao professor que se ausenta, se aos livros que ainda não foram aprovados ou aos professores resolvem tacitamente fazer «boycottages» ao ensino primário enquanto a sua situação não for melhorada.

Um dos meus filhos que está na 2.ª classe, também não tem feito quaisquer progressos, pois que o professor acumula as suas funções com as de regente, tendo por isso de dividir a sua atenção com prejuízo, é claro, dos alunos. A vista deste quadro accede a perguntar: quando é que a instrução primária receberá a atenção dos poderes públicos? A muita gente tenho ouvido dizer que é ser votada ao ostracismo a instrução primária e que voltariam aos tempos em que os leitores e letrados se contavam pelos dedos, sendo privilégio só de ricos e gentis homens. Não convirá agora, como então, abrir os olhos ao cidadão?

Para onde foram tantas promessas rissonhas feitas no tempo da propaganda, entre as quais avultava a de numa ração, acabar com a enorme densidade de analfabetismo? Desculpe, sr. redactor, éste incômodo, de quem se assina, d. v. etc.—José Joaquim Afonso.

As reclamações do pessoal do Arsenal da Marinha

Camarada redactor.—Como foi noticiado na 'Batalha', realizou-se no último domingo no Coliseu de Lisboa, uma assembleia magna do operariado dos Arsenais do Exército e Marinha. Nessa reunião, entre várias resoluções tomadas, de interesse geral para o mesmo operariado, uma há que deve merecer a atenção daquelas que dedicadamente defendem a causa operária. Referimo-nos à resolução referente aos salários mínimos a reivindicar naquele estabelecimento de Estado e que são:

Para operários e seus equiparados, 250; para ajudantes e seus equiparados, 220; para artesãos e seus derivados, 150, o que representa nem mais nem menos que um aumento de 300, para os primeiros.

Para alguns operários de 2.ª categoria esse aumento é de 30 centavos, havendo outros que passam a auferir apenas mais 10.

—Gostaríamos nós de saber a que critério obedeceu tão inexplicável, como incompreensível resolução, que vem criar uma desigualdade que até hoje não existia, pois o salário mínimo actual dum operário, com a respectiva subvenção, é de 150 e o de um ajudante, de 130, atingindo o máximo para o operário de 250 enquanto que o de ajudante não passa de 150, sendo em reduzido número os que o auferem.

—Pois é agora, neste momento em que o operariado de todo o orbe se esforça para obter um regime igualitário, que os camaradas que se encontram à frente das Comissões de Melhoramentos dos Arsenais do Exército e Marinha e que se dizem defensores e cooperadores da grande obra de emancipação operária

veem, nos seus pedidos de melhoria de

ram dispostas às embocaduras das ruas vedetas de infantaria de linha, e da guarda. Era-se revistado ou apalpado em plena rua. Deram-se escenas picarecos para alguns e indignantes para outros: muitas pessoas que iam calçadas com chutes à militar eram obrigadas a largá-los, ficando descalças no meio da rua, quando não eram impelidas a tirar as calças se fossem como as militares. Não valia protestos nem razões de espécie alguma; comprado ou não os objectos de vestuário lá eram apreendidos e lá marchavam os despojados, sem casacos, sem calças e sem botas. A imprensa burguesa não se referiu a isto... e fez bem. Foram apreendidas muitas espingardas e pistolas... não tantas como esperavam.

## Jornal do público

## A República e a instrução primária

Escrive-nos o sr. Manuel da Silva, professor, acerca das reclamações ultimamente formuladas pelo professorado.

—... dizendo-nos que o Estado repara de há muito que deveria ter atendido à situação do ensino, promulgando uma reforma que lhe permitisse desempenhar cabalmente a sua importante missão.

Sobre o mesmo assunto recebemos a seguinte carta:

—Sr. redactor:—Agitando-se actualmente o problema económico dos professores das Escolas Primárias, aproveito o ensejo para chamar a atenção de V para o estado profundamente desolador que oferece determinada Escola Primária de Lisboa, não sómente sob o ponto de vista disciplinar como pedagógico.

Conselhofiscal—Efectivos: presidente Joaquim Rosario de Albuquerque; secretário, Libânia Eugénio de Souza; relator, Fernando Fernandes; suplentes, António Alves, José da Silva, José Joaquim Ribeiro.

—Conselhofiscal—Efectivos: presidente Joaquim Rosario de Albuquerque; secretário, Libânia Eugénio de Souza; secretário, Francisco Ferreira Martins, Ferreira José da Silva e outros sócios, que, em frases entusiásticas, enalteceram as vantagens do cooperativo.

—Cooperativa Portuguesa de Produção e Consumo—Com grande assistência, reuniu esta importante cooperativa, em assembleia magna, em 1918, para eleição dos seus corpos gerentes.

—Conselho fiscal—Presidente: António Correia, João Ferraria de Sampaio, Alfredo Alves, Fausto; suplentes, Frederico Rodrigues Duarte, Júlio Silva.

—Direcção—Presidente, Joaquim Pereira; 1.º secretário,

